

***OS TRABALHADORES BRASILEIROS E A “CONTRARREVOLUÇÃO
DEMOCRÁTICA”¹***

BRAZILIAN WORKERS AND THE “DEMOCRATIC COUNTERREVOLUTION”

***LOS TRABAJADORES BRASILEÑOS Y LA “CONTRA REVOLUCIÓN
DEMOCRÁTICA”***

MARCELO BADARÓ MATTOS

Doutor em História e Professor Titular de História do Brasil,

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro -RJ- Brasil

mbadaro@uol.com.br

Resumo: Neste ensaio de interpretação histórica, objetiva-se analisar a trajetória das lutas coletivas e das organizações constituídas pela classe trabalhadora urbana brasileira desde o período final da ditadura militar, avaliando o papel dos trabalhadores e as estratégias empregadas pela classe dominante para remodelar a forma de dominação de classes desenhada no processo “contrarrevolução democrática”, desde a década de 1980 até o presente.

Palavras-chave: Classe trabalhadora. Contrarrevolução democrática. Brasil Contemporâneo

Abstract: In this essay of historical interpretation the objective is to analyze the trajectory of collective struggles and organizations established by the Brazilian urban working class since the end of the military dictatorship period, assessing the role of workers and the strategies employed by the ruling class to reshape the form of class domination drawn in the 'democratic counterrevolution', from the 1980s to the present.

Keywords: Working class. Democratic counterrevolution. Contemporary Brazilian.

Resumen: En este ensayo de interpretación histórica, se objetiva analizar la trayectoria de las luchas colectivas y de las organizaciones constituidas por la clase trabajadora urbana brasileña desde el periodo final de la dictadura militar, evaluando el papel de los trabajadores y de la estrategias empleadas por la clase dominante para remodelar la forma de dominación de clases planeadas en el proceso "contra revolución democrática", desde la década de 1980 hasta el presente.

Palabras clave: Clase trabajadora. Contra revolución democrática. Brasil Contemporâneo

Entre o final dos anos 1970 e a década de 1980, em meio ao processo de esgotamento do regime ditatorial (1964-1985) e de consecução da assim chamada “transição democrática”, vivemos um momento de retomada, ou mesmo de apresentação em escala inédita, da força e da presença política de organizações e movimentos da classe trabalhadora.

A maior evidência do ciclo de retomada das lutas foram as greves. Greves, ao arrepio da legislação de exceção da ditadura militar então em curso (1964-1985), que se iniciaram pelo polo mais dinâmico da indústria brasileira - as grandes montadoras de

¹ Artigo submetido à avaliação em 15/04/2014 e aprovado para publicação em 21/05/2014.

automóveis localizadas no estado de São Paulo - se espalharam por todo o país e pelas mais diversas categorias profissionais. Mas, não apenas greves. Movimentos sociais urbanos, de luta pela moradia, condições de saúde, transporte e diversos outros, ganharam maior expressão naqueles anos e, no mesmo compasso, a onda de mobilizações chegou ao campo, gerando uma nova leva de lutas e movimentos reivindicando a reforma agrária. A denominação geral de “novos movimentos sociais” e, especialmente, a expressão “novo sindicalismo”, foram aplicadas pelos analistas, mas também pelos próprios atores sociais, para qualificar aquela quadra histórica.

Apenas para tomarmos o indicador das greves, é fácil constatar a pujança daquelas lutas, pois se em 1978, ao arrepio da legislação da ditadura, tivemos 118 greves no país, em 1989, ano de pico das mobilizações grevistas, o número bateu perto das 4000 paralisações. Greves de todos os tipos, daquelas que pararam desde empresas (algumas com enorme repercussão, como a greve de 1988 da CSN, que terminou com três mortes decorrentes da intervenção do exército) até o conjunto dos trabalhadores do país, nas 4 greves gerais que ocorreram na década de 1980. E que pararam muitos trabalhadores. Basta lembrar que as 118 greves registradas em 1978 paralisaram 3 milhões de pessoas e apenas a greve geral de 1989 (a quarta registrada na década), mobilizou mais de 20 milhões de trabalhadores. É esse ciclo ascensional de lutas que explica as mobilizações massivas (mais de um milhão de pessoas nas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro) pelas eleições diretas para presidência da República em 1984, como também explica os limites postos pela classe trabalhadora à repactuação pelo alto das regras constitucionais do país, na Constituição de 1988, assim como explica a chegada ao 2º Turno e a quase vitória de Lula da Silva no pleito presidencial de 1989.

O processo de reorganização da classe trabalhadora se evidenciava a partir da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), respectivamente em 1979, 1983 e 1984. Os três, por terem dominado a cena do lado das “forças do trabalho”, e mais um conjunto de outros movimentos, marcaram a face organizada daquele ciclo de ascensão de lutas e configuraram um programa estratégico para a classe trabalhadora. Um programa apelidado de democrático-popular que, grosso modo, se pautava pela estratégia bifronte de ocupação de espaços institucionais através dos processos eleitorais que se abriam na transição política, de forma a instituir trincheiras no interior da nova ordem democrática, combinada (em tese) ao avanço dos movimentos sociais pressionando a institucionalidade democrática em direção a mudanças na ordem.

O que se apresentava, em potencialidade, nos anos 1980 como uma perspectiva

para além da ordem, não tardou a mostrar seus limites. Na década de 1990 os indicadores de greve, para ficarmos no mesmo exemplo, caíram a cerca de 700 por ano e, nos anos 2000, a média anual de greves com muita dificuldade ultrapassou as 400. Nos últimos anos, porém, ocorreu uma retomada significativa das paralisações. 2012, aliás, com 873 greves, foi o ano com maior número de greves no país desde 1996. A retomada das mobilizações (ainda que em escala bem menor que a dos anos 1980), entretanto, deve-se, em grande parte, a lutas que se desenvolvem com pouco apoio, ou mesmo contra, as direções sindicais estabelecidas.

Vivemos na década de 2010 e não podemos escapar à constatação de que aquela geração de dirigentes das organizações da classe trabalhadora, que esteve à frente da ascensão das lutas nos anos 1980, está hoje assentada na Esplanada dos Ministérios (tendo também seus representantes na penitenciária da Papuda), aplicando receitas muito distantes do seu projeto estratégico original.

I

Alguns dos mais argutos intelectuais da esquerda brasileira constataram e lamentaram essa verdadeira tragédia. Um bom exemplo é Francisco de Oliveira, que em seu ensaio “O ornitorrinco”, de 2003, logo após a chegada de Lula da Silva à presidência, assim delimitou o processo:

A eclosão dos grandes movimentos sindicais nos anos 1970, de que resultou, em grande medida o Partido dos Trabalhadores, parecia indicar um caminho 'europeu'; medindo-se as proporções do salário e do lucro na renda nacional, a divisão funcional da renda, anotava-se uma melhoria na distribuição, e a vocação de universalizador das demandas do mundo do trabalho que passou a ser exercida pelos sindicatos autênticos (...) parecia ter tudo para expandir a relação salarial e seus correlatos, na Seguridade Social e nas formas de salário direto.(...) Esse movimento deteve-se nos anos 1980 e entrou em franca regressão a partir dali.²

Da mesma forma, o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, resumiu o que definiu, recorrendo ao léxico conceitual de Antonio Gramsci, como “transformismo” do PT da seguinte forma:

A década de 1980, que tantos consideram a 'década perdida', para o mundo do trabalho foi um período de criação e avanço. Bastaria lembrar que ali floresceram, além do PT, da CUT e do MST, uma plethora de movimentos sociais e sindicais, dos campos e das cidades, que irrompiam pela base, questionando nossa trajetória quase prussiana, autocrática, cujos estratos 'de cima' expressavam um universo burguês ao mesmo tempo agressivo e medroso, elitista e insensível. No s anos 1990, a década da desertificação neoliberal em nosso país, uma tormenta abateu-se sobre o nosso

² OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista e o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 145.

mundo do trabalho e em seus núcleos orgânicos. (...) O PT sofreu essa tempestade, oscilando entre a resistência ao desmonte e a assunção da moderação. Ao mesmo tempo em que ainda lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, aumentava sua imersão e mesmo sujeição aos calendários eleitorais, atuando no leito da institucionalidade e deixando de se calibrar pelo termômetro social. De partido de esquerda *contra a ordem* foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido *dentro da ordem*. As derrotas eleitorais de 1994 e 1998 intensificaram seu *transformismo*, enquanto o país também se modificava.³

De onde falamos hoje, com um olhar retrospectivo, não podemos nem devemos apagar esse contraste na avaliação da trajetória dos movimentos sociais na quadra histórica da “transição”. Porém, é preciso ter em conta que tal desfecho não estava dado na virada para os anos 1980 e sequer era previsível, mesmo para os mais argutos analistas de esquerda. Recorro a Florestan Fernandes, sociólogo àquela altura claramente identificado com o marxismo que, em uma entrevista de fins dos anos 1970, apostou que a capacidade de mobilização do proletariado era portadora de uma potencialidade disruptiva que, ao menos no médio prazo poderia reverter a contrarrevolução, em seu aspecto “redemocratizante”, então em marcha. Florestan estava longe de considerar o processo de transição iniciado, pelo alto, pelas forças ditatoriais que então representavam a “autocracia burguesa” (expressão dele) no Brasil, como uma mudança significativa nas formas de dominação social. Pelo contrário, segundo ele:

O golpe de Estado, em 1964, possui o mesmo significado que a 'abertura democrática' de hoje. A mão estendida não representa coisa alguma. É uma mistificação. A burguesia não tem como estender as mãos sem perder anéis e dedos. A programação seguida na criação dos partidos permite ganhar alguns anos, impor às classes trabalhadoras e aos setores mais ativos das massas populares uma longa e penosa caminhada nas lutas por sua incorporação à sociedade política e por sua presença no controle do Estado.⁴

Ainda assim, na sequência de seu argumento, Florestan revela um elevado grau de otimismo com os movimentos e formas organizativas da classe trabalhadora que começavam a emergir naquele momento, apostando, como disse, em seu potencial:

No entanto, o processo está em curso e ele explica os ritmos ascendentes da revolução (em contraposição ao refluxo da contrarrevolução). A ordem burguesa será transformada de baixo para cima, pela pressão do proletariado, do movimento sindical e de outros setores urbanos ou rurais das classes trabalhadoras. De imediato, essa eclosão do povo na história implicará o aparecimento mais ou menos rápido de uma democracia de participação ampliada. As próximas eleições mostrarão claramente o sentido dessa transformação. A médio prazo, o proletariado e as classes trabalhadoras em geral colocarão um ponto final na tradição *mandonista*, despótica, de nossa burguesia. Passaremos, pois, da autocracia burguesa para a revitalização da revolução democrática e da revolução nacional [...] ⁵

³ ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 164-165.

⁴FERNANDES, Florestan. *Brasil em compasso de espera*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2011, p. 284-285.

⁵Ibid.

Não chegamos lá. Longe da revolução democrática, ainda que nos marcos da “revolução dentro da ordem” (outra expressão de Florestan, para explicar o alcance das lutas por reformas em uma formação social na qual a burguesia vivia em estado de “contrarrevolução permanente”, atuando autocraticamente de forma preventiva em relação às lutas dos subalternos), ficamos circunscritos à transmutação da autocracia burguesa de sua face ditatorial para uma face democrática, entendida a democracia aqui nos limites restritos dos procedimentos democráticos (direitos civis, eleições, etc.)

II

Podemos tentar, tendo em vista esses elementos, conceituar um pouco melhor a relação que aqui procuramos estabelecer, utilizando como referencial a discussão feita por Antonio Gramsci sobre as características das formas contemporâneas de dominação.⁶ Partindo da situação brasileira, é muito difícil duvidar que o Brasil seja hoje um país plenamente capitalista. Também não é difícil perceber que do ponto de vista da complexificação da sociedade civil, com a multiplicação de partidos, “no sentido amplo e não formal” de Gramsci, ou como são mais comumente chamados “aparelhos privados de hegemonia”, o Brasil do início do século XXI é plenamente “Ocidental”. Ao que corresponde uma relativa estabilidade da democracia parlamentar, desde a fase final da transição política de 1985-1989. Caberia então sustentar, tendo em vista especialmente o que se afirmou sobre o período mais recente dos governos do Partido dos Trabalhadores, que a forma atual da dominação burguesa no Brasil está solidamente alicerçada no consenso ativo das massas subalternas? Indo além, isso significaria que o caráter coercitivo das funções típicas do Estado em seu sentido restrito é secundário para as estratégias de dominação burguesa hoje em nosso país?

A resposta a tais questões deve ser cuidadosa. Em primeiro lugar, é importante seguir a pista metodológica de Gramsci de não tomar seus conceitos “como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica e política”, tendo em conta que “nas análises concretas dos eventos reais, as formas históricas são determinadas e quase

⁶ Numa carta de 1931, o revolucionário sardo já anunciava seu objetivo nos seguintes termos: “Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como a sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) [...]”. GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 84.

“únicas””.⁷ Assim como a observação de Benedetto Fontana, de que ao trabalharmos com os pares conceituais de Gramsci (como no caso de consenso e coerção, mas também de Sociedade Política e Sociedade Civil, Ocidente e Oriente, etc.) “o problema reside na determinação empírica da proporção, peso e valor de cada elemento da díade no contexto de uma situação histórica concreta.”⁸

Lembro disso para afirmar que no Brasil de hoje (e é claro que isso não acontece só aqui), há o máximo investimento no consenso por parte do grande capital. Lúcia Neves e Virgínia Fontes vêm insistindo em demonstrar como se deu recentemente uma ampliação dos aparelhos privados de hegemonia do grande capital, dos tradicionais meios de comunicação às novas Organizações Não-Governamentais (ou Organizações Sociais de Interesse Público), que se empenham por difundir a “nova pedagogia da hegemonia”.⁹ Ou seja, os 2,7 milhões de crianças e adolescentes atingidos pelos 4.700 projetos sociais do Programa Criança Esperança, as 27 mil escolas cadastradas no projeto Amigos da Escola e a maior parte dos 1 milhão e 540 mil trabalhadores empregados pelas mais de 275 mil ONGs existentes no Brasil em inícios da década atual, apenas para citarmos alguns dos exemplos listados por Neves, são números que nos ajudam a perceber o tamanho do aparato mobilizado para transmitir aos subalternos os valores adequados à adaptação a uma ordem produtiva capitalista baseada na ampliação da expropriação e na intensificação da exploração da classe trabalhadora.¹⁰

Ao que se combina a reatualização das práticas filantrópicas, travestidas de “responsabilidade social”, que incorporam intelectuais e militantes, através dos procedimentos de “empresariamento de projetos” como forma de sobrevivência, rebaixando seus discursos “da crítica social à denúncia da pobreza”.¹¹ O resultado é a difusão dos valores da “flexibilidade”, da “mobilidade” e da “adaptabilidade” como os mais adequados ao indivíduo-trabalhador/empreendedor de hoje – acompanhados, é claro, do esquecimento, quando não da condenação de qualquer tipo de defesa da mobilização coletiva contestatória –, assim como a substituição das referências à classe pelas múltiplas identidades, inclusive aquela de “pobre”, objeto da assistência da responsabilidade social ou das políticas focalizadas, quando o indivíduo flexível e empreendedor não encontra espaço no mercado de trabalho.

Contribui enormemente para isso o fato de que as centrais sindicais de maior

⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 67.

⁸ FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 119-120.

⁹ NEVES, Lúcia (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2005. FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

¹⁰ *Ibid.*, p. 102; 122.

¹¹ FONTES, *op.cit.*, p. 99.

porte, em especial a CUT, tenham progressivamente se adaptado a essa lógica e tenham mesmo se transformado em agentes do processo, comprometendo-se com programas de “requalificação profissional” e discursos de “empregabilidade”, além de defenderem estratégias “negociais”, ao mesmo tempo em que renunciam a maiores confrontos com o empresariado e se entrelaçam cada vez mais aos órgãos da sociedade política. Nos anos 1980, quando a força das mobilizações a empurrava para frente, a CUT recusou-se a formalizar qualquer tipo de “pacto social”(embora ele já estivesse embutido na Constituição de 1988). Nos anos 1990, porém, aceitou sentar-se a toda e qualquer mesa em que a concertação social fosse proposta, porém, sem grandes mobilizações a sustentá-la, o fez sempre tendo como resultado a retirada, não a conquista, de direitos dos trabalhadores.

Estaríamos, no entanto, profundamente enganados se dessa análise tirássemos a conclusão de que o avanço do aparato destinado ao estabelecimento do consenso a partir da sociedade civil (mas profundamente entrelaçado com a sociedade política, na forma das “parcerias público-privadas”, já tão visíveis nas áreas da educação e da assistência social) implica numa redução do peso da coerção que parte da sociedade política. Se no coração do sistema, a maior economia capitalista do mundo, corresponde à maior população carcerária do planeta, não é de se estranhar que aqui na periferia (a terceira maior população carcerária do globo) o extermínio seja prática corrente das políticas ditas de “segurança pública”. De forma análoga, os militantes e movimentos sociais que ousam continuar lutando são cada vez mais tratados de forma policial-penal, demonstrando que a margem de atuação para uma oposição não-consentida é cada vez menor, ainda que o sistema eleitoral funcione sem restrições, o parlamento não sofra intervenções, os partidos se revezem nos governos e a democracia parlamentar seja festejada como conquista final.

Em suma, anteviu-se uma evolução das estratégias de dominação em que a ampliação das formas de construção do consenso corresponderia a uma diminuição do peso relativo dos mecanismos de coerção. Definitivamente não é a isso que assistimos hoje. Máximo investimento nos aparelhos privados de hegemonia e força máxima na máquina repressiva constituem a combinação mais adequada para definir o grau de articulação historicamente localizado de coerção e consenso através do qual se constrói a dominação capitalista numa sociedade ocidental periférica.

Tal processo de Ocidentalização periférica (mas que guarda profundas semelhanças com o que hoje ocorre mesmo no Norte do mundo, de desenvolvimento capitalista mais antigo) já vinha se ensaiando desde o fim da ditadura militar. Para atingir o grau de eficiência que demonstra hoje, entretanto, a dominação burguesa no Brasil teve que

lançar mão de novos “parceiros”. Justamente lideranças e organizações que emergiram como elementos de contestação nos anos 1980 e que, dada a sua representatividade junto às massas organizadas de trabalhadores e sua capacidade de controle sobre os setores mais precarizados e pauperizados da classe, foram capazes de articular coerção e consenso com uma eficácia que “nunca antes na história deste país” fora vista.¹²

Algo que fica evidente quando constamos, de um lado, a eficácia da política social focalizada, mas de massas, do governo Lula da Silva. Uma verdadeira estratégia de contenção pela assistência foi montada, eficaz porque contém lutas, cria base política e, ao mesmo tempo, amplia o mercado consumidor de alimentos e, via crédito, bens duráveis, a um custo baixíssimo para os cofres públicos. Sabemos que, desde meados da década de 1990, o Banco Mundial e outros organismos multilaterais, avaliando os efeitos sociais desastrosos das políticas neoliberais, implementadas segundo suas orientações nos países periféricos, passaram a recomendar políticas sociais mais incisivas, porém aplicadas de forma focalizada. Ou seja, ao invés de garantias de direitos universais aos quais todos os cidadãos teriam acesso, incentivaram políticas de assistência social para os setores mais pobres da população, segundo critérios os mais rebaixados de cálculo da miserabilidade. Se o governo Fernando Henrique anunciou políticas desse tipo e implementou-as de forma bastante limitada (com o Programa Comunidade Solidária e o Bolsa Escola), o governo Lula partiu dessa base para ampliar tais políticas focalizadas para um patamar de massas, com o programa Bolsa Família. Mantido pelo governo da sucessora indicada por Lula, Dilma Rousseff, o programa, voltado para famílias com renda per capita mensal média de R\$ 70,00 (US\$ 35,00), atende hoje a mais de 13 milhões de famílias. Ou seja, em torno de 50 milhões de pessoas (cerca de ¼ da população total do país) são diretamente “apoiadas” por uma política de governo que deposita mensalmente um pequeno benefício (que varia conforme o número de crianças na família e outros fatores), condicionado a frequência escolar dos filhos, entre outros requisitos. Um elemento nada desprezível a explicar os elevados índices de popularidade do governo e a forma como Lula da Silva foi eleito, em 2006, para seu segundo mandato (e Dilma Rousseff, em 2010), invertendo a votação tradicional que caracterizava sua candidatura, pois se até 2002 recebia mais votos nas grandes cidades e no Sul-Sudeste do país (regiões que concentram o setor industrial e as faixas mais estáveis da classe trabalhadora), a partir de 2006 cresceu nas pequenas cidades do interior e no Nordeste, região com os mais elevados indicadores de pobreza.

¹² A expressão “nunca antes na história deste país” foi repetida em muitos discursos de Lula da Silva, quase que como um bordão do ex-presidente.

Por outro lado, foram estes mesmos governos de Lula da Silva/Dilma e do PT, com seus aliados partidários e nos governos estaduais, que respaldaram e/ou implantaram as políticas de “segurança pública” mais brutais, com foco nas favelas e áreas periféricas das grandes metrópoles. Locais nos quais a polícia desfila armamento de guerra e mata com frequência superior à de zonas de conflitos militares deflagrados, sempre com foco sobre os jovens, especialmente negros e majoritariamente do sexo masculino, ou seja, sobre a parcela mais pauperizada e precarizada da classe trabalhadora.

Contradições suficientemente fortes para explicar os abalos mais recentes nessa forma de dominação, visíveis a partir das manifestações de junho de 2013. As manifestações começaram por reunir jovens estudantes, principalmente universitários, o que levou muitos analistas a caracterizá-las como gritos da “classe média”, achatada por impostos, salários baixos e pelas ameaças da desaceleração econômica. Mas, isso é pouco para entender a lógica dos protestos. Primeiro porque a ampla simpatia que despertaram relaciona-se a sua reivindicação original. Os transportes públicos urbanos, muito caros e de péssima qualidade, são um pesadelo no orçamento e no cotidiano justamente dos setores mais precarizados da classe trabalhadora, que moram mais distante do trabalho e não recebem qualquer tipo de auxílio para o transporte.¹³ Quando as manifestações reuniram milhões nas ruas, a pauta mais sensível foi justamente a demanda por serviços públicos de qualidade – saúde e educação – pauta nitidamente orientada pelos interesses da classe trabalhadora, que exige, ainda que de forma difusa, mais que acesso a serviços no mercado, direitos sociais universais.

Além disso, os que foram às ruas protestaram contra a violência policial, não apenas para garantir seu direito à manifestação, mas também para denunciar o sentido opressivo de um aparato militarizado de coerção estatal, que constitui, como vimos, um dos pilares fundamentais da forma atual da dominação de classes em um país com os níveis de desigualdade social do Brasil. Também questionaram outro dos pilares fundamentais dessa dominação: os monopólios empresariais de comunicação de massas no Brasil, onde alguns poucos grupos familiares privados controlam a imensa maioria dos canais de comunicação jornalística e rádio-televisiva. Os manifestantes denunciavam a cobertura tendenciosa desses canais, contribuindo assim, não sem contradições, para aclarar o papel de classe fundamental exercido pelos mídia na construção do consenso.

Alguns intérpretes associaram as “jornadas de junho” a uma explosão de protesto

¹³ Estimativas de 2014 apontam para 29% da população brasileira vivendo nas periferias dos centros urbanos. Cf. < <http://revistaforum.com.br/blog/2014/01/quase-um-terco-dos-brasileiros-vive-nas-periferias-urbanas/>> Acesso em: fev. 2014.

político justamente daqueles setores da classe trabalhadora brasileira que se submetem às novas formas (ou velhas formas reinventadas) de precarização das relações de trabalho. Ruy Braga, por exemplo, acredita que os que foram à rua foram os representantes do “precariado”:

“a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquilificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados”¹⁴

É importante ressaltar que, ao contrário do uso do termo pela literatura sociológica francesa, Braga não distingue completamente o “precariado” da classe trabalhadora, mas considera-o uma parte dela, definindo-o como “a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas”, que se diferencia tanto dos “setores profissionais”, mais qualificados e melhor remunerados da classe trabalhadora, quanto da população pauperizada e do lumpemproletariado.¹⁵

Não é necessário aceitar o conceito de “precariado” sem reservas para concordar com Braga na avaliação de que a explosão política de junho de 2013 teve como protagonistas setores mais precarizados da classe trabalhadora brasileira, assim como para perceber que há um processo de crescente precarização das relações de trabalho no país. Um processo que pode ser associado a fenômenos como “a extensão da jornada de trabalho, a desregulamentação do uso da força de trabalho e a flexibilização de contratos”, sendo mais perceptível na expansão do emprego no setor de serviços e em fenômenos como o da “terceirização” da contratação de trabalhadores.¹⁶

III

Cabe buscar entender a dinâmica da luta de classes desde então, para que nos aproximemos da complexidade de elementos que interagem gerando a “tragédia” da incorporação à ordem daquelas organizações dos trabalhadores que emergiram com as lutas dos anos 1980 e hoje atuam na defesa dos interesses do capital.

Para tanto, é necessário atentar tanto para os limites das concepções e práticas daquelas organizações e da classe que as pariu, como também para as estratégias do capital no caminho de sua permanente contrarrevolução preventiva. Em outras palavras, é da dinâmica

¹⁴ BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: HARVEY, David (et al.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo ;Carta Maior, 2013, p. 96.

¹⁵ Id. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, São Paulo, Boitempo, 2012, p. 19.

¹⁶ MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A logística da precarização: terceirização e trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 9-10.

da luta de classes que podemos retirar as explicações mais abrangentes para esse processo.

Retomando a referência a Francisco de Oliveira e Ricardo Antunes, há que se ressaltar a base material a partir da qual se processou o transformismo. Segundo Francisco de Oliveira, na década de 2000, “as forças do trabalho já não tem 'força social', erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e 'força' política, posto que dificilmente mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe”.¹⁷ Seu argumento segue ressaltando como a incorporação de dirigentes da CUT e do PT como representantes dos trabalhadores em colegiados tripartites de administração de fundos públicos,¹⁸ assim como a conselhos gestores de fundos de pensão, acabou por apartar socialmente esses antigos dirigentes da classe trabalhadora que os gerou.

Ricardo Antunes também aponta para uma explicação das bases materiais do processo, combinada à dinâmica política dos governos que levaram adiante as contrarreformas neoliberais, levantando uma série de fatores que incidiram de forma a criar a moldura do refluxo das lutas dos trabalhadores no Brasil a partir da década de 1990. Em suas palavras:

Tivemos privatização acelerada, informalidade descompensada, desindustrialização avançada e financeirização desmesurada. Tudo conforme ditava o figurino global. Se Collor foi um bonapartista aventureiro, fonte inesgotável de irracionalidade, com FHC e sua racionalidade acentuada o país descarrilou nos trilhos do social-liberalismo, eufemismo designado aos socialistas e socialdemocratas que praticam o neoliberalismo.¹⁹

Determinações materiais, que se desdobram em impactos sócio-econômicos e políticos sobre a classe. Desse ponto de vista, podemos entender melhor como a dinâmica da luta de classes dos anos 1980 que, potencialmente, poderia ter nos levado além dos limites de uma “revolução dentro da ordem”, não chegou sequer a cumprir o papel de impulsionadora de reformas. Avançando na explicação, além do impacto da reestruturação e das políticas neoliberais, podemos mencionar que aos mecanismos “novos” da cooptação/incorporação das burocracias partidárias e sindicais aos mecanismos de gestão do capital, via fundos públicos e fundos privados de gestão, somaram-se outros “velhos” instrumentos de controle da classe. O principal deles é a estrutura sindical corporativista, gestada no governo ditatorial de Getúlio Vargas, nos anos 1930, que nenhuma redemocratização posterior desmontou. No fim da década de 1980, quando os efeitos mais fortes das transformações materiais associadas à

¹⁷ OLIVEIRA, 2003, p. 145.

¹⁸ Como o Conselho de Administração do Fundo de Amparo ao Trabalhador, cujo objetivo principal deveria ser custear o seguro desemprego, mas que acabou por servir de financiador para subsídios do Estado a projetos empresariais sob a justificativa de geração de emprego.

¹⁹ ANTUNES, op.cit., p.165.

reestruturação produtiva ainda não se faziam tão presentes, já era possível identificar um recuo das posições estratégicas dos dirigentes sindicais da CUT, associado a seu avanço sobre as posições na estrutura sindical oficial. Estrutura que foi reforçada justamente no governo de Luís Inácio Lula da Silva, que como dirigente sindical nos anos 1970 fora seu principal crítico.

Por outro lado, o projeto estratégico – democrático popular, como vimos – compartilhado pelas organizações da classe - era limitado desde sua origem a um reformismo, algo dentro algo contra a ordem, e isso se mostrou inviável nas condições dadas pelo capitalismo, em sua dinâmica global, dos anos 1980 em diante. Quero dizer com isso que, já não havia mais espaço para um *Welfare* à brasileira, quando no centro das economias capitalistas o Estado de Bem Estar Social já era posto em questão pelas políticas neoliberais.

Ou seja, de um lado a burguesia se reorganizou e adaptou seu projeto de contrarrevolução da face ditatorial à face democrática, investindo nos mecanismos de criação de consensos, mas também adaptando o aparato repressivo aos novos tempos, como resposta à efetiva ameaça que as lutas da classe trabalhadora representaram ao projeto de “transição pelo alto”, proposto pelos que estavam à frente da ditadura militar. De outro, as grandes lutas da classe trabalhadora se submetem a um apassivamento, forçado pelas condições objetivas das mudanças no mundo do trabalho e reforçado pela incorporação à ordem de seus quadros dirigentes e organizações mais representativas.

O cuidado que temos que ter é o de afirmar que: nada disso, entretanto, estava dado em 1978. Os movimentos que a burguesia teve de fazer, apostando na democracia procedimental, criando partidos/aparelhos privados de hegemonia, capazes de difundir e construir a hegemonia em torno de novos valores, imprimindo uma nova direção intelectual e moral, não estavam pré-determinados no projeto da distensão da época de Geisel. Por exemplo, a criação do PT serviu ao modelo de reorganização partidária proposto pela ditadura, porque dividiu a oposição antes reunida no MDB, mas fugiu totalmente ao que se previa naquele momento, pela postura classista e pela capacidade de representar as lutas de massa que acabou por representar em seus primeiros dez anos de vida. Estamos tratando, insisto, do resultado da dinâmica da luta de classes. E o “pulo do gato” da ordem burguesa, diante das ameaças impostas pelas lutas dos trabalhadores, foi, justamente, a capacidade de absorver os principais representantes da classe trabalhadora, transformando-os em porta-vozes de seu projeto e solidificando, com isso, as condições de reprodução da dominação.

O ponto aqui não é fazer a crítica dos “raciocínios teleológicos”, muitas vezes esgrimida com um certo ranço positivista de necessidade de neutralidade pseudocientífica,

com o objetivo de rejeitar uma história que está disposta a explicitar os necessários vínculos entre presente e passado. Quero, em outra direção, resgatar a ideia de que o destino daquele ciclo de reorganização e luta da classe trabalhadora iniciado em fins dos anos 1970 não estava predeterminado porque, seguindo Walter Benjamin, em suas *Teses sobre a história*:

“Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento.”²⁰

Cientes de que, no “cortejo triunfal” do progresso da dominação burguesa, nossas lutas do passado são apagadas e seus vestígios carregados como despojos dos vencedores de ontem e de hoje. Numa época em que “novos sujeitos” nos são apresentados a cada dia, como se dessa “novidade” dependesse qualquer movimento de ameaça à ordem, nos cabe identificar nas lutas dos anos 70/80 as centelhas do perigo de entrega aos dominantes, conferindo fôlego às lutas contra a ordem que agora se esboçam em nosso presente.

²⁰ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. v. 1, São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 224.